ASPECTOS JURÍDICOS NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DAS NORMAS E IMPLICAÇÕES LEGAIS

Autor(res)

Vamberth Soares De Sousa Lima
Maria Cristina Da Silva Costa
Carine Silva Diniz
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A prestação de contas eleitorais é uma exigência legal fundamental para garantir a transparência e lisura do processo democrático. Ela envolve a correta apresentação de receitas e despesas de campanhas políticas, sendo um requisito indispensável para validação das candidaturas.
Em um contexto de crescente judicialização da política, as normas jurídicas que regulam essa prática tornam-se ainda mais relevantes, tanto para o controle social quanto para a prevenção de fraudes. Este estudo analisa os aspectos legais envolvidos, destacando os desafios enfrentados por candidatos e partidos para atender às exigências normativas nas eleições de 2024.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar os aspectos jurídicos das prestações de contas eleitorais de 2024, avaliando como as novas regulamentações impactam a transparência, a responsabilidade dos candidatos e o cumprimento das normas estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Material e Métodos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória para investigar os aspectos jurídicos das prestações de contas eleitorais em 2024. A análise documental incluiu a Lei nº 9.504/1997 e a Resolução nº 23.607/2019 do TSE, focando nas regulamentações atuais e suas mudanças. A pesquisa também avaliou a jurisprudência do TSE sobre irregularidades em prestações de contas de 2018 a 2022, destacando padrões de aplicação das normas e sanções. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com advogados e contadores especializados em direito eleitoral para identificar os desafios enfrentados por candidatos na interpretação das regras. Além disso, foi examinado o uso do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), observando sua eficácia e as dificuldades técnicas. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente das implicações legais e operacionais para candidatos e partidos nas eleições de 2024.

Resultados e Discussão

A análise das prestações de contas eleitorais de 2024 destaca um aumento na rigidez das normas e na exigência de detalhamento financeiro. O uso do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) facilitou a transparência, permitindo ao TSE identificar rapidamente inconsistências e irregularidades, como omissões de receitas e despesas não justificadas. No entanto, candidatos de partidos menores e regiões com menos infraestrutura enfrentam dificuldades técnicas, revelando desigualdades no acesso à tecnologia e na interpretação das regras. A jurisprudência recente do TSE evidencia uma tendência de punições mais severas, como multas e inelegibilidade, para irregularidades graves. A discussão aponta para a necessidade de maior clareza normativa e capacitação dos candidatos, a fim de evitar falhas e assegurar a conformidade. A equidade no processo eleitoral depende de um equilíbrio entre rigor jurídico, acessibilidade das normas e suporte técnico para candidatos e partidos.

Conclusão

A análise dos aspectos jurídicos das prestações de contas eleitorais de 2024 mostra avanços em transparência e controle, impulsionados por normas mais rigorosas e uso do SPCE. Contudo, a complexidade das regras desafia candidatos com menos recursos, gerando desigualdades no cumprimento. Para maior equidade, é essencial fortalecer a capacitação dos envolvidos e fornecer suporte técnico, garantindo conformidade legal e confiança no processo eleitoral, assegurando a legitimidade das eleições.

Agência de Fomento

FAP-DF-Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Distrito Federal

Referências

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 18 out. 2024.
BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de contas nas eleições. Disponível em: https://www.tse.jus.br. Acesso em: 18 out. 2024.
SILVA, J. A. Aspectos jurídicos e transparência nas prestações de contas eleitorais. Revista Brasileira de Direito Eleitoral, v. 18, n. 2, p. 45-67, 2023.
SANTOS, M. C.; ALMEIDA, L. B. Desafios na prestação de contas eleitorais: análise crítica das eleições de 2022 e implicações para 2024. Revista de Direito Público, v. 12, n. 4, p. 78-92, 2023.
GOMES, R. F. A transparência nas campanhas eleitorais: controle e eficácia do SPCE. Revista Eleitoral Brasileira, v. 10, n. 3, p. 33-49, 2022.
NUNES, T. R.; COSTA, F. A. Implicações legais na prestação de contas eleitorais: jurisprudência e sanções.